

PREFÁCIO¹

Quando eu quero
Eu dou
Eu sento
Eu quico
Empurro com vontade!

Não sou de contar mentira
Mas invento minhas verdades

Tenho pena de você
Com o pau apontado pra própria cabeça
Refém de sua frágil masculinidade.
(Música transudo de Linn da Quebrada)

Alguns corpos, classificados e hierarquizados por meio de uma “racionalidade social” perversa, são considerados selvagens, indisciplinados, incontroláveis, imprevisíveis, desorganizados e perigosos, sendo, portanto, indesejados. Outros, que se apresentam como normais, passam por um processo de assimilação desde o nascimento, submetidos a inúmeras técnicas civilizatórias que enquadram as carnes de acordo com os interesses sociais. Mas, isto não tem nada de determinismo essencialista, divino ou natural, é uma imposição arbitrária que foi alimentada pela própria sociedade, que cultua esse desejo de manipulação do outro que passou de geração em geração. Esses enquadramentos acontecem de maneira tão precisa que passamos, sem perceber, pelo processo inverso, de essencialização, sacralização e naturalização da cultura. Fomos adestrados e adestrados por meio de punições e premiações, que alimentam comportamentos e práticas tradicionais, obedecendo às classificações e às hierarquizações, como acontece com as identidades masculinas e femininas. Os enquadramentos de gênero, assim como as desigualdades sociais que provocam, são os elementos centrais desta obra que possui uma abordagem interseccional por causa do cruzamento com as questões de raça/etnia e classe social.

Os nossos corpos foram, e continuam sendo, esquadrinhados tanto de maneira silenciosa como escrachada. As pessoas olham buscando elementos para afirmar a nossa existência (ou inexistência), vinculando a pele, ou alguma outra parte do corpo, como um pênis ou uma vagina, a um lugar específico dentro da hierarquia social. Os órgãos sexuais estão

¹ DOI - 10.29388/978-65-86678-76-5-f.11-18

sempre expostos, mesmo quando estão cobertos. As nossas genitálias, e todos os significados culturais atribuídos a elas, se tornam visíveis através da linguagem, por causa das performatividades verbais e não verbais, que criaram moldes através da língua e das outras próteses sociais. Os discursos médicos, religiosos, jurídicos e pedagógicos, juntamente com os saberes da vida cotidiana, do senso comum, ajudaram a criar dois modelos complementares e, ao mesmo tempo, antitéticos e assimétricos. De um lado, o masculino, visto como superior, e de outro o feminino, tratado como inferior. Os corpos dos homens e das mulheres foram construídos e programados para manter entre si uma relação antitética e assimétrica minuciosamente organizada. Mas, essa organização é falsamente propagada como natural por causa do patriarcado que foi naturalizado para que conseguisse manter a suposta superioridade masculina como inquestionável.

Esse modelo de homem ou de mulher, como o próprio nome sugere, é uma fôrma, um molde, que não comporta a diversidade das pessoas que podem divergir desses padrões. Esta imagem de superioridade não chega da mesma forma e nem com a mesma intensidade em todos os homens, existe uma hierarquia interna na qual consta no seu topo as singularidades daqueles que se aproximam do modelo idealizado ou que ganham poder econômico e social. No caso do Brasil, ainda reproduzimos a hierarquia dos colonizadores europeus onde o homem visto como superior é heterossexual, branco, cristão e rico. Os homens que não se adequam a esse padrão são rebaixados na escala de masculinidade e quanto mais atributos dissidentes possuem mais diminuídos eles são, apesar de continuarem se achando superiores às mulheres, principalmente aquelas que divergem do padrão estético ou moral da feminilidade.

Esses marcadores de gênero, de classe social, de raça e de etnia influenciam nas relações entre mulheres e homens. Vive mais quem está melhor posicionado na escala biopolítica, pois a sociedade se articula para gerir a vida de maneira parcial e seletiva. Existe uma necropolítica estatal que define quem vive e quem morre, o Estado sabe matar ou criminalizar determinados corpos, negando acesso a direitos fundamentais como educação, saúde, segurança, habitação e lazer. Mas, a situação brasileira é ainda mais grave por causa da pandemia do coronavírus e da epidemia de estupidez do Governo Federal, que está aquém até mesmo do liberalismo das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, que não se adequa nem a biopolítica moderna que estava eivada de direitos, apesar de todas as exclusões. O estado brasileiro cultua apenas a dimensão do racismo estatal, negando a possibilidade de gerir a vida da população durante a pandemia. Essa gest(aç)ão da morte, que Mbembe chama de necropolítica, atingiu principalmente as mulheres e os homens em situação de pobreza.

O vírus chegou a milhões de pessoas e até o momento causou a morte de mais de cento e vinte e seis mil Brasileiras e Brasileiros, inclusive daquelas e daqueles que supostamente se enquadram aos padrões de gênero e sexualidade. Entretanto, ele contaminou e matou principalmente as pessoas mais vulneráveis, como as moradoras e moradores das periferias. O necropoder em curso não atingiu apenas as populações de mulheres, negras, indígenas e a LGBTQIA+, a política da morte se tornou bastante ampla, criando a ilusão de democracia viral. Mas, a necropolítica atingiu principalmente quem já estava fora da democracia, no sentido mais amplo do termo.

O Estado Brasileiro, que poderia produzir políticas públicas para as populações historicamente vulnerabilizadas, amplia as desigualdades através do Estado Mínimo, para as/os vulneráveis, e Estado Máximo para aquelas e aqueles que são privilegiadas e privilegiados. A necropolítica acontece através dos cortes nas áreas de educação e saúde, está enfraquecendo o SUS, na privatização das empresas estatais e no perdão das dívidas milionárias ou bilionárias dos banqueiros e das empresas privadas. O Governo Federal usa o Estado para atacar as populações historicamente discriminadas, nomeando um homem negro que reproduz o racismo e luta contra o Movimento Negro para a presidência da Fundação Palmares.

O presidente estabeleceu uma simbiose com o Movimento dos trezentos, que eram menos de cem simulando as tochas e as máscaras semelhantes da Ku Klux Klan, ele bebeu leite ao vivo em uma live com seus convidados, se aproximando do imaginário neonazista que reforça a supremacia racial branca. As ideias machistas e LGBTfóbicas provocaram o desmonte nas políticas públicas para as mulheres e LGBTs. Os discursos anti-arte e anti-ciência, que legitimam a mentira e a estupidez, provocaram o veto nos projetos da ANCINE que envolvia a produção audiovisual com corpos dissidentes. A interferência do Presidente no edital N° 29/2019 que estabelecia a seleção especial de pessoas travestis, transexuais e não binárias para os cursos de Graduação da UNILAB, demonstra que essa necropolítica também acontece através da negação de direitos. O cancelamento do edital e o envio do Advogado Geral da União para defender no Supremo Tribunal Federal a não aprovação da equiparação da LGBTIfobia ao crime de racismo, são exemplos dessa política de gest(ação) da morte.

As questões que envolvem gênero e sexualidade são centrais neste governo. Não existe ausência da temática, pelo contrário, há uma exacerbação de todas essas questões sob uma perspectiva conservadora. A ala religiosa, que apoiou e continua apoiando esse suposto Messias, inventou a ideologia de gênero que integra a racionalidade perversa de movimentos como o “Escola sem partido”. O Estado Brasileiro utiliza seu poder contra a diversidade humana, atacando negros, indígenas

e quilombolas, mulheres negras, lésbicas, trans e imigrantes. Os ataques estatais são constantes e em série, e vem acontecendo desde o início do governo quando extinguiu o Ministério dos Direitos Humanos para criar o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A nova nomenclatura, com ênfase na mulher e na família, ambas no singular, institui esse padrão tradicional de mulher e de família. A ministra-pastora Damares reforçou os modelos mais conservadores de homem e de mulher ao enfatizar que menino veste azul e menina veste rosa. Muitos outros casos semelhantes poderiam ser citados, mas se fossem apenas estes já seriam suficientes para compreender que o governo atual alimenta o machismo, o sexismo, o racismo e a LGBTifobia.

Os preconceitos atravessam os corpos das mulheres, dos negros e das pessoas LGBTQs, não apenas no sentido da exclusão que sentem, essa estrutura discriminatória também é alimentada pelas/os discriminadas e discriminados, que nascem e crescem dentro de uma sociedade preconceituosa. Um dos aspectos mais cruéis desse governo é que ele aproveita exatamente os negros racistas e as mulheres machistas para gerir as políticas públicas contra os movimentos negros e feministas. Olhando por esse ângulo, o Governo atual está sendo coerente, pois antes de ser eleito ele já tinha proferido discursos machistas, sexistas, misóginos, racistas e LGBTQfóbicos. Esta ideologia de gênero, de raça e de classe que chegou ao Planalto foi disseminada nas instituições do Estado e na sociedade, produzindo um retrocesso histórico que intensifica os ataques físicos, verbais e morais às pessoas mais vulneráveis.

Os machos alfas, que falam pelo falo, se sentem com as mãos nas rédeas da nação, com os pés atingindo o corpo nacional com ferimentos, contusões e fraturas, como se fosse um animal de rodeio ou vaquejada. Esta masculinidade exige uma performatividade específica e uma vigilância constante de si e do outro, podendo se tornar letal. Esse modelo de macho é tão artificial e frágil que precisa se contrapor ao corpo e a performatividade feminina, se afirmando através da ideia de posse. As pessoas travestis e transexuais perturbam os padrões de gênero e sexualidade porque denunciam essa possessão. Quando produzimos na carne essa subjetividade feminina e masculina, mostramos a complexidade dessa construção. As nossas montagens assustam porque denuncia que todas as mulheres e todos os homens, que se acham normais ou naturais, também foram montadas/os, desmontadas/os e remontadas/os através das roupas, dos cabelos, dos sapatos e dos gestos. Somos ameaçadoras e ameaçadores porque colocamos em dúvida a relação entre sexo, orientação sexual e performatividade de gênero e, principalmente, por ativarmos os desejos secretos e proibidos das pessoas que se acham “normais”.

Enquanto travesti e pesquisadora vivenciei várias experiências

semelhantes as de minhas interlocutoras, inclusive na prostituição, com machos alfas pais de família, de classes, etnias, idades e nacionalidades diferentes. Percebi, através das pesquisas e das experiências de vida, que existe uma diversidade de masculinidades, com todas as normatizações e subversões possíveis. Entre quatro paredes, a exemplo de um quarto de motel, os desejos proibidos são expostos, contrariando os padrões de masculinidade. Mas, quando sai desse espaço volta a construir a mesma performatividade de macho alfa, através das palavras, dos gestos e da violência física contra as travestis que usufruiu em sua plenitude, invertendo a lógica do masculino como corpo ativo. Em alguns casos, não se contentam em usufruir dos corpos proibidos, subvertem as normas vestindo as roupas das trans e incorporando a performatividade feminina de forma mais ampla.

Em muitas dessas situações o perigo pode ser extremo, já que essa transgressão entra em contraste com a sua própria subjetividade conservadora. Após realizar seus desejos ocultos, revelando uma masculinidade desviada ou transviada, seu autor pode entrar em estado de choque. Ao final do orgasmo, se revolta contra as travestis/transsexuais e tenta exterminar essa experiência eliminando o corpo trans que usufruiu. Nas minhas transvivências conheci diversos tons de masculinidade e por muito pouco não morri. Mas, nem todos tem dificuldade de reconhecer, pelo menos dentro de quatro paredes, que tem uma masculinidade desviante e marginal. Alguns vivenciam estas práticas subversivas com suas próprias esposas e tem prazer em inverter os papéis ou mesmo explorar seus corpos em busca de outras formas de vivências para além da imposta. Tais experiências são perigosas, pois se forem expostas ao público, nas redes sociais ou nos grupos de whatsapp da família, podem resultar em uma grande tragédia, se transformando em vergonha ou em violência por causa da hipocrisia da sociedade tradicional que tenta engessar os corpos.

Essa masculinidade tóxica tem como um dos seus pilares o machismo que é alimentado de forma consciente ou inconsciente pela maioria das pessoas, independentemente da identidade de gênero. As próprias mulheres podem reproduzir essas práticas e ensinar as filhas e aos filhos essa mesma lógica. O adestramento social acontece através das tradições familiares que são manipuladas pelo patriarcado que atua no ambiente doméstico e fora deste. Tais (falo)saberes são disseminados não apenas de forma verbal, mas principalmente na ausência da fala, quando os corpos entram em cena e se transformam em falo, produzindo uma linguagem própria que determina o que pode ou não ser incorporado considerando inclusive a cor, a religiosidade, a orientação sexual, a etnia, a nacionalidade, a idade e a classe social.

Essa produção, extremamente qualificada, contém práticas que

extrapolam o contexto brasileiro, promovendo um movimento de solidariedade intelectual para compartilhar trocas de experiências e saberes que desvendam os artifícios utilizados pelo patriarcado para dominação do corpo feminino e masculino. Os nove capítulos desse livro ajudam a entender os mecanismos de disciplinamento e controle das sociedades ocidentais, seguindo uma sequência harmônica do primeiro ao último capítulo, demonstrando a potência intelectual das autoras e dos autores envolvidas/os.

O primeiro capítulo apresenta o contexto histórico e conceitual que insere o leitor no trajeto delineado pelos textos que seguem. O segundo nos faz mergulhar na Cidade do Recife do século XIX através das fontes utilizadas pela autora para conhecer duas mulheres negras africanas, *angola* Antonia Ignacia e *mina* Monica que vivenciaram o processo de escravização e foram alforriadas, subvertendo as normas do patriarcado para concretizar suas vontades. Estas mulheres inspiradoras e revolucionárias sobreviveram à precariedade vivenciada e desafiaram a vigilância da época, produzindo linhas de fuga. A autora faz isso de maneira interseccional, cruzando gênero com raça e classe social. O terceiro capítulo promove uma análise do assassinato/feminicídio que aconteceu em Maracanaú, cidade da região metropolitana de Fortaleza, sendo a vítima uma mãe de santo que foi alvejada a tiro, em seu terreiro, em pleno ritual religioso. O mandante, nesse caso, foi um pai de santo que se sentiu ameaçado por causa do protagonismo da rival que começava a ameaçar a sua liderança da religião. A autora interseccionaliza as categorias raça, religião e patriarcado para mostrar que até mesmo nas religiões de matrizes africanas ou afrobrasileiras existe um desejo de domínio masculino que pode ser letal quando confrontado por uma mulher.

No quarto capítulo, o autor apresenta uma rica análise do sistema prisional brasileiro produzindo uma teia rizomática que envolve masculinidade e os marcadores sociais de raça e classe. Sendo o referido sistema, em sua compreensão, estruturado para higienização da sociedade com o encarceramento de homens, em sua maioria negros, vivendo em situação de pobreza que na busca da sobrevivência são conduzidos ao conflito com a Lei que os põe nas mãos do Estado. Estado este que se apropria de tais corpos para o exercício da “vingança”, fazendo uso da superlotação de presos e da imposição de uma performance de masculinidade conservadora levada ao extremo, podendo conduzir à morte ou levar à loucura. Essa situação é potencializada, na atualidade, com a pandemia da COVID-19 por tornar as prisões ainda mais insuportáveis.

No quinto capítulo, as autoras retratam a realidade brasileira das violências domésticas no contexto da pandemia da COVID-19, apresentando o processo de luta para conquista da Lei Maria da Penha e as

modificações que sofreu na busca pelo aperfeiçoamento. O aumento do tempo de convivência familiar com a quarentena proporcionou tensões constantes, elevando inclusive o número de casos e a frequência com que tem ocorrido as violências em questão e o Estado, ao invés de proporcionar amparo e proteção às mulheres vítima de violência, atua na contra-mão. Apesar das dificuldades apontadas, as autoras tiveram o cuidado de apresentar táticas que podem ser acionadas para o amparo, cuidado e proteção às mulheres.

No sexto capítulo, entramos no universo das crianças e adolescentes que sobrevivem nas ruas e são cobradas e cobrados a assumirem papéis de adultas(os) e a reproduzirem os padrões tradicionais de masculinidade e feminilidade. O exercício de tais papéis proporciona violência a estas(es) jovens que não tem maturidade física e intelectual para tais práticas. Este também é um exemplo do quanto a masculinidade tradicional é tóxica não apenas para as meninas que sobrevivem na rua, sentindo na pele a opressão, exploração, subordinação e inferioridade, mas também para os meninos que, mesmo sem condições físicas e psicológicas, precisam superar os medos, as dores e os limites de seus corpos para afirmação da referida masculinidade.

No sétimo capítulo, o autor nos insere nas saunas masculinas onde estuda os estereótipos da masculinidade hegemônica que são usados como mecanismo para atrair os clientes. O homem negro ganha destaque nessa análise por ser atravessado pelo imaginário do corpo bem dotado, potente, insaciável e servil. Os próprios garotos de programa fazem uso desta imagem para conquistar sua clientela. Os corpos desses homens, desejados por outros homens, exalam uma performatividade masculina, sendo desprezados se externalizarem alguma feminilidade. O sistema de procura e oferta se alinha e fica perceptível a sexualização do corpo negro e o caráter performático dessa masculinidade.

No oitavo capítulo, o autor apresenta uma nova geração de africanos produzindo uma nova configuração de masculinidade e feminilidade no panorama musical guineense, partindo da análise das narrativas de músicas que falam sobre amor, sexualidade e relações de gênero. Tais manifestações no palco do rap guineense mantém os padrões hegemônicos da heterossexualidade e na relação de forças entre homens e mulheres. Como elas ainda são minoria o mercado musical acaba reforçando o pensamento machista hegemônico. As músicas extraem da cultura seus ideais e passam a ser usadas de maneira pedagógica, para educar as jovens e os jovens, que incorporam em suas práticas os ideais de feminilidade ou de masculinidade desejada.

No nono capítulo, os autores apresentam uma experiência ocorri-

da em Santiago do Chile com a performance de homens exercendo atividades femininas em espaço público em área de atuação comercial masculina como forma de quebrar com os padrões hegemônico de masculinidade. A experiência com homens de terno e gravata produzem uma abertura para novos modelos de masculinidade, onde possibilita a homens transitar entre as atividades que são atribuídas socialmente às mulheres.

Essa obra apresenta alguns dos diversos tons de masculinidade, mas não fica limitada a estes, pois elucida também as resistências de mulheres e homens à ordem imposta e produz fissuras para a produção de novos saberes na busca de uma transformação social.

Travesti Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade
Lisboa, 07 de setembro de 2020.